

O PROJETO DE CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS GOYTACAZES (1835-1855)

Maria Isabel de Jesus Chrysostomo¹
Universidade Federal de Viçosa
midjc@uol.com.br

RESUMO

Este trabalho discute as tentativas de Campos dos Goytacazes/RJ em se tornar uma província, dando destaque a dois movimentos que correspondem ao mesmo tempo a dois momentos: o primeiro, desenvolvido num tempo longo correspondeu o da construção das imagens e representações que serviram de mote para a construção dos projetos de capital no século XIX; e o segundo no ano de 1855, quando se esboçou um projeto de criação da província dos Goytacazes.

Associo os motivos que levaram recorrentemente a cidade de Campos a lutar pela mudança do seu estatuto administrativo, aos mecanismos empregados pelas elites locais para construir uma imagem de lugar central. Neste aspecto, discuto que o projeto de se tornar capital constituiu-se em uma das estratégias dos atores locais para expandir a sua influência política a partir do controle do “chão”. Um movimento que forjou novas espacialidades, utilizando-se, via de regra, um discurso que associava o tema desenvolvimento ao de integração regional.

Levando em consideração o fenômeno que pretendo analisar, as seguintes questões se colocam para investigação: a) de que maneira os projetos de transformação de Campos Goytacazes em uma nova província expressavam o poder político e econômico das lideranças locais nos diferentes contextos analisados?; b) qual papel exercido pelos atores locais no processo de constituição da ideia de ser capital de uma nova província?; c) como as propostas de se tornar uma província encontraram eco junto às demais autoridades provinciais?

Palavras – chaves

Campos dos Goytacazes, província, região, cana-de- açúcar

ABSTRACT

This work discusses the attempts of Campos dos Goyatacazes to become a political center (of a new province), emphasizing two movements, which correspond, in parallel, to two distinct historic moments: the first one, developed during a long period of time, related to the construction of images and representations that served as the motto to build the capital projects in the 19th century; the second one, in 1855, when a project to create the province of Goytacazes was drafted.

¹ Este texto foi elaborado no âmbito do desenvolvimento do pós-doutorado na École de Hautes Études, com o apoio financeiro da CAPES - processo 4151/097. Agradeço a leitura atenta e as sugestões feitas pelo professor Laurent Vidal da Universidade de La Rochelle.

I associate, here, the reasons that recurrently led the city of Campos to fight for a change in its administrative statute, as well as the mechanisms used by the local elites to construct the image of centrality. Within such aspect, I also discuss that the project to become the capital constituted itself as one of the strategies by the local subjects to expand their political influence starting from the control of the “ground”. A movement that forged new spatialities by using, with no exception, a discourse, which associated the development theme to the regional integration one.

Keywords: Campos dos Goyatazes, province, region, sugarcane

O PROJETO DE CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS GOYTACAZES (1835-1855)

Maria Isabel de Jesus Chrysostomo² Universidade
Federal de Viçosa midjc@uol.com.br

Discuto neste trabalho as tentativas de Campos dos Goytacazes em se tornar a capital de uma nova província, dando destaque a dois movimentos que corresponderam ao mesmo tempo a dois momentos: o primeiro, desenvolvido num tempo longo equivaleu ao da construção das imagens e representações que serviram de mote para a construção dos projetos de se transformar capital no século XIX, o segundo no ano de 1855, quando se esboçou um projeto de criação da província dos Goytacazes, movimento político que se inscreveu no interior das mudanças econômicas e políticas do Império escravista e se inseria em um contexto de transformação do papel econômico desta cidade e toda a sua região de influência.

1º movimento: a construção de uma imagem positiva da região de Campos

Final do século XVIII: a despeito de existirem conflitos de terra envolvendo grandes e médios fazendeiros, posseiros, índios e a Câmara, a cidade de Campos passou

² Este texto foi elaborado no âmbito do desenvolvimento do pós-doutorado na École de Hautes Études, com o apoio financeiro da CAPES - processo 4151/097. Agradeço a leitura atenta e as sugestões feitas pelo professor Laurent Vidal da Universidade de La Rochelle.

a ter maior visibilidade política em função de uma certa estabilidade econômica e social, propiciada pelo ótimo desempenho da cultura de cana-de-açúcar.

Localizada estrategicamente em uma área de intercâmbio comercial e de fluxo de escoamento de produtos advindos de Minas Gerais e Espírito Santo, pouco a pouco a cidade se transformou em um importante centro distribuidor de mercadorias e em uma praça mercantil de grande relevo na região norte da comarca do Rio de Janeiro. Em decorrência disso e de fatores ligados a questão da terra, passou a receber muitos incentivos, especialmente durante o governo de Marquês de Lavradio. Este, adaptando a política de povoamento da Metrópole à região, estabeleceu um programa para ocupar novas terras e civilizar os índios, criando comarcas, freguesias e novas aldeias. Também incentivou o estabelecimento e modernização dos engenhos de açúcar e o fortalecimento das atividades de comércio externo e interno.³ Para implementar tal política, a área passou a ser alvo permanente de visitas e expedições realizadas por viajantes estrangeiros contratados pela Coroa, missionários⁴ e aventureiros. O objetivo destas incursões era levantar informações sobre diferentes aspectos e avaliar a possibilidade de se promover novos investimentos, além, é claro, de identificar os focos de conflito na região. Ao mesmo tempo, formulou-se um ambicioso plano de ocupação da região, cuja base de apoio foi sustentada através da montagem de uma rede de instituições militares, judiciárias e religiosas. Criou-se, assim, os postos de juizes de fora, capitães, ouvidores, mestre de campo⁵ etc, que passaram a administrar pontos estratégicos do chamado “sertão dos índios bravios.”⁶ Esse novo corpo administrativo,

³ Atribui-se ao bom desempenho da economia açucareira no século XVIII até as primeiras décadas do XIX no Rio de Janeiro, o apoio governamental e a evolução dos preços no mercado internacional, sobretudo nos períodos de conflito que ocorreram nos Estados Unidos após a sua Independência e quando a produção das Antilhas francesas diminuiu (1780 a 1806). Portanto, a recuperação e destaque nas exportações do açúcar a partir de 1790 relacionavam-se aos seguintes fatores: a) investimentos contínuos do Marquês de Lavradio e de Luis de Vasconcelos e Sousa, b) maior quantidade de engenho em relação à Bahia e Pernambuco, c) maior grau de inovação da produção, d) ocupação de novas terras em direção à Angra e Parati e ao sul e ao norte Campos, e) maiores investimentos na ampliação dos engenhos e estabelecimento de novas unidades a partir de 1796. Wehling (1982)

⁴ Com a autorização dos Vice-Reis, as visitas das autoridades eclesiásticas buscavam recolher informações gerais sobre a região para se verificar a possibilidade de se criar novas freguesias, paróquias e aldeamentos.

⁵ No Distrito Administrativo de Campos o responsável pelo comando inicial foi o Mestre de Campo João José Barcelos Coutinho, que era proprietário de vários engenhos na área. Em função dos seus interesses particulares e das articulações com o poder da Coroa, sua família durante gerações seguintes exerceu funções militares, administrativas e fiscais, adquirindo forte poder na região.

⁶ Vale ressaltar que o desempenho econômico da área esteve atrelado a muitos conflitos de poder em torno da posse da terra iniciados em meados do século XVI, quando então os colonizadores ocuparam a região. Por sua vez, a luta pela implantação da vila de Campos foi um processo historicamente marcado pelas várias tentativas de sua fundação, cujo começo foi no século XVII, **quando então** (). A partir do século XVIII, entram em relativo acordo os maiores proprietários da região, entre eles os herdeiros da família

juntamente com os viajantes, aventureiros, missionários e as elites locais, pouco a pouco pintaram um novo retrato dos homens e da paisagem campista.⁷

Portanto, à medida que o poder da Coroa se enraizava na região e esta passava a ser reconhecida como uma importante área estratégica, a imagem de selvagens e rebeldes, até então característica dos habitantes, ia se modificando. Neste processo, o trabalho realizado pelos Mestres de Campo, que atuavam como mediadores do poder da Coroa ao nível local contribuiu para a recriação de uma imagem que tendia a valorizar as características ambientais e a docilidade dos habitantes da área. A repercussão desse movimento aparece indicada nos relatos do século XIX, entre os quais o de Pizarro.

“a cobiça do assucar transtornou inteiramente este paiz, e toda sua cultura (...) D’ahi proveio não só a opulencia em que se acha a terra, mas a diferença, que se observa nos mesmos habitantes, passando de rústicos, e pela maior parte levantados à homens civis, muito aceiados, grandes negociantes, e fartos de numerario” . (Pizarro em 1822, p. 117- 118)

A matriz: a memória de Couto Reys e o nascimento de uma identidade regional

Seguindo a pista de Soffiati (1997) considero também que a memória do capitão Manoel Couto Reys, elaborada em 1785,⁸ por ter sido total ou parcialmente reproduzida nos futuros relatos sobre Campos, foi o ponto de partida para a criação e recriação de uma imagem que associava a prosperidade e riqueza, as características da paisagem.

“He o terreno do Distrito dos Campos Goiatacz, como dissemos, o mais fecundo, que se pode considerar para todo o gênero de plantas do Brazil (...) (COUTO REYS, Manuscritos ...1997, p.38, original 1785)

Asseca, os padres jesuítas e beneditinos e os grandes fazendeiros locais, o que culminou na legitimação do poder da Coroa e da instalação do poder local na região.

⁷ Como indicava Pizarro (1822) em sua “Informação da Capitania”, o vice-rei Marquês do Lavradio relatou ao seu sucessor que durante muitos anos a região de Campos era asilo de ladrões, assassinos e malfeitores, que lá viviam em total liberdade. Como segundo o Marquês, os habitantes desconheciam as regras da sujeição, ele informava para seu sucessor que tinha adotado medidas para impor a ordem, como por exemplo, a contratação de funcionários, o incentivo a prática do comércio, da lavoura e da agricultura, a distribuição de sesmarias e, finalmente, a criação de comarcas, distritos, freguesias, capelarias e aldeias. Para ele isto teria surtido um efeito positivo, pois nos últimos dez anos tanto a região tinha alcançado grande desenvolvimento econômico, como os seus habitantes haviam se sujeitado aos poderes da Coroa.

⁸ Conforme ainda Soffati (1997), Manoel Martins do Couto Reys nasceu na vila de Santos por volta de 1750. Ele seguiu uma longa carreira militar, notabilizando-se como cartógrafo, pois foi responsável por elaborar mapas de várias cidades da província do Rio de Janeiro, como o Campos, Cabo-Frio, e a Memória e Carta inacabada da Fazenda de Santa Cruz. Em sua visita a Campos, ele foi responsável pela elaboração de um dos mapas mais detalhados do século XVIII. Para seu entendimento, redigiu um texto explicativo que mostrava os vários aspectos assinalados no mapa que se intitulava “Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito dos Campos Goitacás.

“Huma das mayores maravilhas, que se contempla nesta terra baixa de que temos tratado, He a que vou relatar. Tendo a sabia experiênciã ensinada aos homens, que a procurãõ em qualquer Clima, tempos, ou estações próprias em que se devãõ agricultural diversas qualidades de plantas, e aqui conheçãõ o mesmo, succede, que, independentes daquella precizissima, e importantíssima escolha, todo, todo o anno se agricole sem excepção e seja a terra tão liberal que ofereça mimosos frutos ao seu lavrador” (*idem*, p.39)

A perspectiva apontada em seu relato indicava também o nascimento de uma ideia de grandeza regional, propiciada, sobretudo, pela localização e comércio do então Distrito de Campos e pela existência de uma vasta rede hidrográfica.⁹ Neste caso, quando em seu relato ele demonstra o papel catalisador da cidade de Campos frente às demais localidades do seu entorno.

“He a Metropoli deste Districto, a mais rica, e populoza de todas as sugeitas ao Rio de Janeiro; sustentada e engrandecida por um florescente comercio agitado pelos productos de todos os lugares seos subjacentos. Esta situada sobre a planice da Margem Meridional do Paraíba, distante do mar 6 legoas esforçadas. Pertense a Comarca da Capitania do Spirito Santo. Contem dentro em si 891 fogos incluzive 45 loges de mercadores, muito bem surtidas de importantíssimas fazendas, 59 tabernas, e 5 Cazas de louça vidrada.” (*idem*, p. 52)

Em seu manuscrito, uma das principais ideias para ampliar a liderança da cidade de Campos, era o melhor aproveitamento da rede fluvial, considerada naquele contexto abandonada. É, talvez, daí que nasce o projeto tantas vezes propalado no século XIX de Campos, em função da sua rede hidrográfica, ser o local que melhor reúne condições de comandar política e economicamente as áreas de entorno. Também daí a ideia de que um maior investimento na rede hidrográfica seria o caminho para ampliar a riqueza de toda a região.

Em síntese, a menção as propostas de Couto Reys, notadamente a de melhor aproveitamento dos rios, tornou-se comum nos discursos sobre a região, sendo seu emprego freqüentemente utilizado para justificar os projetos de abertura de estradas e canais. Portanto, o olhar lançado pelo capitão e a maneira de descrever os diferentes aspectos inauguraram um gênero narrativo que foi imitado por vários atores que descreveram esta área nos séculos seguintes. Portanto, durante quase todo o século XIX e mesmo o XX para justificar os projetos de ocupação de novos espaços, se propagandeou nos relatos, memórias e jornais, o discurso que insistia em ressaltar a

⁹ Este documento, que à época revelava uma visão utilitária da natureza e da sociedade, foi construído quando o capitão fez uma longa expedição em Campos e registrou minuciosamente vários aspectos da cidade e da área de entorno, como o nascimento das suas freguesias e povoados, as atividades econômicas e os hábitos sociais. Tal narrativa, além de ser, talvez, o mais detalhado perfil socioeconômico e ambiental daquela cidade no século XVIII, pode ser considerado um projeto social de ocupação, já que aponta os meios necessários para tornar tal região mais próspera.

fertilidade dos solos, a abundância dos rios e a opulência e desenvolvimento da cidade/sociedade campista.

A reprodução da imagem positiva de Campos no alvorecer da Independência

Frente a uma situação de crise instaurada após a Independência e durante o período regencial, este olhar positivo da população, mas do que omitir a realidade (pois na área os problemas fundiários não cessavam) foi estratégico para reforçar a ideia de colaboração da elite campista aos projetos emanados pelo poder central. Por isso essas imagens e representações do povo e da natureza foram estrategicamente manipuladas, sobretudo através dos jornais locais, para legitimar sua filiação ao partido moderado. Os propagandistas destas imagens ou eram ou estavam diretamente vinculados a geração enraizada de políticos que construíram fortunas com o açúcar e que se transformaram nos barões ou viscondes, graças às alianças políticas que foram costuradas no alvorecer do Brasil Império. E é essa “civilização do açúcar”, como mencionava Alberto Lamago, que com o interesse de dar maior visibilidade à região empregava todos os recursos para transformar a cidade num pólo regional no norte da província. Nesse movimento, o discurso que assinalava a riqueza é manejado cada vez mais para justificar os projetos de integração de novos espaços, até então considerados vazios ou inadequadamente ocupados. Por isso, que o projeto em voga durante quase todo século XIX era ampliar o uso das vias naturais para articular os centros locais de comércio às diferentes áreas produtivas. Ressalta-se, que grande parte das áreas propostas para a implementação deste programa era ocupada por posseiros e índios.¹⁰

¹⁰ Conforme argumenta Moreira (2002), após a promulgação da Lei de Terras em 1850 muitas das terras indígenas adquiridas por sesmarias anteriormente doadas, passaram a ser interpretadas como devolutas. Tal fato tanto levou a sua apropriação legal por parte do Estado Imperial, como a sua incorporação aos vários projetos de ocupação, como por exemplo, aqueles relacionados a implantação de núcleos de

A propaganda em torno da ocupação e potencialização de novas áreas foi feita por muitos líderes locais, mas sem dúvida, após a Memória escrita em 1819 por José Carneiro Silva,¹¹ estas e outras ideias ganharam maior visibilidade junto às autoridades centrais. Portanto, tal documento instaurou uma nova etapa no processo de divulgação das riquezas regionais ao reforçar a necessidade de fortalecer a sua economia, através de investimentos mais sistemáticos em obras. Talvez por isso que o coronel Carneiro da Silva - futuro Visconde de Araruama, ao iniciar a sua Memória afirmou que a cidade de Campos: “pela sua opulencia, e fertilidade merece ser mais conhecido, do que commmente he (...) (SILVA, 1819, prólogo).

Utilizando-se em parte das descrições feitas por Couto Reys, ele também justificava a opulência de Campos como sendo fruto da potencialidade dos solos e da extensa rede hidrográfica.

“Huma das mais interessantes provincias do agigantado Reino do Brazil felismente confiado ao Paternaes disvelos e cuidados de Nossa magestade, he sem duvida a dos Campos dos Goytacazes: a exportação do assucar, sua numerosa população e os caudalosos rios que a retalhão, a tornão sobremaneira consideravel” (SILVA, 1819 Munuscritos, s/p.)

Associando tal aspecto à amabilidade dos seus habitantes, Muniz de Sousa, um viajante que percorreu a região entre 1827 e 1828, registrou e referendou o mesmo ponto de vista sobre as características ambientais da região:

“Os terrenos de Campos são os mais fecundos, férteis, e productivos, que se podem considerar, como para a mandioca, milho, feijão, arroz, café, e outra qualquer plantação; sendo huma das suas boas qualidades a de não suffer os escandalosos estragos da formiga chamada de mandioca, ou saúva(...) A agricultura da Villa de S. Salvador dos Campos dos Goytacazes he de huma vantagem consideravel, o que se deve á fecundíssima liberalidade dos terrenos, que como empenhados a suavisar o trabalho do lavrador, que os cultiva, liberrimamente produzem os germes vegetativos que sobre elles se diffundem” (Souza, 1834, p.117)

Portanto, estas e outras descrições da área reproduzidas e propagandeadas tanto por agentes locais como por viajantes e missionários que passaram pela região no século

colonização. Em Campos, muitas das aldeias existentes foram consideradas áreas devolutas, sendo em algumas delas implantadas núcleos de colonização.

¹¹ Escrito em 1819, o livro intitula-se “Memoria Topografica e Histórica sobre Campos dos Goitacezes com uma noticia breve de suas produções e commercio offerecida ao mui poderoso Rei e Senhor Nosso D. João 6º. Por Natural do Mesmo Paiz”. O autor era filho do capitão Manuel Carneiro da Silva e da fidalga Ana Francisca de Vellasco Tavora de Barcellos Coutinho. Tanto seu avô como seu pai foram capitães da aldeia dos índios em Quissamã, ou seja, eram responsáveis pela administração das terras indígenas na região. Estabeleceram grande fortuna na área em função do cultivo da cana-de-açúcar em uma sesmaria que ia da Lagoa Feia à lagoa da Ribeira. Neste local, a família ergueu, entre 1777 e 1782, a casa da fazenda Mato de Pipa, que hoje é a mais antiga casa de Senhor de Engenho da região Norte Fluminense, e, por isso, tombada pelo Inepac em 1985.

XIX reforçaram de certa forma as propostas do manuscrito de Couto Reys, isto é, o desejo aumentar a fluidez dos rios e canais, o de ocupar as áreas consideradas vazias e o de expandir a produção econômica. Neste caso, observa-se a construção de um discurso que buscava criar uma ideia de identidade regional a partir da existência de uma fertilidade inigualável dos solos e a capacidade de fluidez dos rios e lagoas que integravam a extensa planície.

Esta matriz argumentativa foi empregada em quase todos os momentos para justificar os projetos de Campos em se tornar capital. Conforme irei demonstrar, uma característica que se tornou comum nos movimentos em prol da criação da província dos Goytacazes foi a de imaginar um espaço ideal, no caso uma área integrada de produção e abastecimento comandada por Campos.

A difusão da ideia de ordem: os jornais de Campos no alvorecer do Império brasileiro

Desde que a administração portuguesa se instalou no Rio de Janeiro muitas mudanças ocorreram no interior fluminense, em especial na cidade de Campos. Entre as várias medidas administrativas adotadas no início do século XIX, destaca-se à construção de novas estradas, que integraram a região de Campos com a Corte e a província de Minas Gerais. Tal processo fortaleceu política e economicamente os grupos locais envolvidos com a questão do abastecimento interno.¹² Como analisa Alcir Lenharo (1993), os integrantes das “tropas da moderação”, da qual faziam parte às forças políticas de Campos, participaram ativamente dos principais acontecimentos políticos que se desdobraram durante a Abdicação e a Regência, organizando-se, mais tarde, junto aos *moderados*.¹³ Defendendo uma maior inserção no comércio de cabotagem, no tráfico negreiro, na ocupação de cargos administrativos e nos negócios de estancos (a exemplo do sal e da madeira), estes grupos aliaram-se a Coroa desde o período joanino, e inicialmente ao 1º Imperador. No caso das elites de Campos, ora

¹² Lenharo (1993) discute que a atuação política dos grandes fazendeiros do interior da província do Rio de Janeiro e de Minas Gerais no início do século XIX relacionou-se ao seu papel de distribuidor de produtos alimentares que abasteciam a Corte. Este papel foi fortalecido com a abertura e ampliação de algumas estradas.

¹³ Ribeiro (2008, apud Oliveira, 1996) analisa as bases da organização destes grupos, demonstrando que simbolizavam tanto o interesse em conquistar uma melhor posição no mercado interno e na administração central como o temor de uma rebelião por parte das camadas mais pobres. Protegidos através das redes de parentesco, estes grupos passaram a reivindicar a nacionalização do comércio, outrora monopolizado por representantes mercantis de Portugal. Contudo, tais forças políticas não eram contrárias à Independência e nem a permanência das práticas monopolistas em relação ao comércio interno.

assumindo um caráter mais exaltado e defendendo bandeiras supostamente mais democráticas, ora um tom mais moderado, durante os anos conturbados que sucederam a Independência, estas elites penetraram paulatinamente nas redes de poder e se cristalizaram no setor da administração. Portanto, a construção da ideia de colaboradores da nova ordem política, forjou-se neste contexto, isto é, à medida que os líderes da cidade confrontavam as suas ideias e projetos políticos e econômicos com chamada “questão nacional”, tão propalada pelos grupos moderados.¹⁴

“(…) cabe aqui dissermos que por principios abraçamos e pertencemos ao partido moderado, porque desejamos que sejam as leys as únicas vingadoras do crime, e não nossas paixões” (O Campista, vol. 1, 4/01/1834)

“He já sabido que a Opinião moderada triumphou plenamente no Collegio de Campos; na eleição dos Deputados a Assembléia provincial, o que não deixou de irritar sobremaneira os homens do partido exagerado. Elles são porem alli um numero tão pequeno e de tão diminuta influencia que não podem causar receio, embora a violência de caráter de alguns podesse arrastar outros num passo imprudente” (O Recopilador Campista, v. 1, 10/01/1835)

Embora no início do século XIX as elites de Campos não contassem com instrumentos sistemáticos de difusão de suas ideias, a propaganda política foi reforçada entre os anos de 1830 e 1840 quando os jornais *O Campista* (1834) e o *O Recopilador Campista* (1835), os primeiros da cidade,¹⁵ passaram a circular com maior frequência. A maior organização da imprensa campista significou em um primeiro momento o apoio quase explícito aos políticos que propagavam a necessidade de recuperar a “ordem pública”. Evocando um papel de representante do povo campista, tais jornais passaram a

¹⁴ Sodré (1999) assinala que neste contexto o papel assumido pela imprensa não se diferenciava muito, ou seja, guardadas as características locais e regionais, de certa forma, os jornais do início dos anos 1830 tinham como traço característico a resistência inicial ao *Regresso* e nos anos 1840, a sua adesão a outros grupos que se instalaram no poder. Citando as observações de Otávio Tarquínio de Souza, Sodré (op cit) assinala que a imprensa neste contexto podia ser identificada a partir de sua adesão as ideias conservadoras, liberais e moderadas.

¹⁵ Antes, em 1826, teve nascimento o “Espelho Campista” - de Prudêncio Joaquim Bessa – considerado o primeiro jornal em Campos e em 1º de janeiro de 1831 foi impresso o seu 1º número. Mello (1886), por sua vez, informa que o primeiro periódico da vila data de janeiro de 1831 e seu nome era O Correio Constitucional Campista. Segundo ele: “era um jornal patriota, e seu redactor principal era o Dr., Francisco José Alípio, medico distincto e de muita reputação, que morreu assassinado. O Sr. Commendador José Gomes da Fonseca Parahyba auxiliava-o nessa tarefa.” (op cit, p. 100). Assinalando que Campos foi uma das primeiras cidades a ter um jornal, ele informa que dos anos 1830 até a data de publicação do seu livro (1886) existiam em Campos, os seguintes jornais: O Campista (1834), Diario Commercial de Campista, Recopilador Campista, Monitor Campista, Cruzeiro, Conciliador, Sentinella da Constituição, Revista da Sociedade Phenix Literaria, Ordem, Regeneração, O Paiz, Independente, Alvorada Campista, Despertador, A Abelha, O Pury, O Goytacaz, A Verdade, Ortiya, Gazeta de Campos, Borboleta, Amolador, Artista, Pernilongo, Infancia, Diario de Campos, Futuro, Correio de Campos, Commercio de Campos, O Regenerador, Gazeta do Commercio, Jornal da Provincia, Diario Popular, Matraca, Situação, Lux (literário). Afirma ainda a existência de outros jornais que tiveram existência efêmera.

declarar desde os seus primeiros números tanto a sua adesão ao partido que se instalou no poder como a voz das elites que detinham o comando da cidade.

Um dos sinalizadores do poder de Campos foi a mudança em 1835 de seu estatuto político e administrativo, transformando-se em cidade ao mesmo tempo em que a província do Rio de Janeiro ganhava a sua autonomia política.¹⁶ Tal processo significou a um só tempo a incorporação do território de Campos aos limites da nova província¹⁷ e a afirmação de um novo estatuto político e econômico junto a Assembleia provincial fluminense.¹⁸

As matérias dos jornais locais, que foram publicados nas décadas seguintes explicitam este movimento em vários momentos. O “Monitor Campista”, um porta voz importante dos políticos de Campos, concordava, por exemplo, com a proposta de interpretação do Ato Adicional, assim como o Golpe da Maioridade. Durante quase todo o ano de 1840, este jornal divulgou várias matérias exaltando D. Pedro II, notadamente nos dias e meses que sucederam a sua coroação. A exemplo, em matéria editada no dia 14/08/1840, este jornal publicou os festejos realizados em praça pública durante os quatro dias que sucederam a coroação do imperador, principalmente a representação de uma peça teatral, intitulada “A maioridade do Sr. D. Pedro 2º”.

Assim, mais integrados as redes de poder que se cristalizaram após as medidas do *Regresso*,¹⁹ os políticos da cidade de Campos manifestaram os seus projetos junto a Assembleia provincial, instituição que se tornou um dos principais organismos de gestão da política centralizadora do Império.

¹⁶ Somente três áreas na antiga província se transformam em cidade em 1835. Foi por meio do Ato Adicional de 1834 que tanto a província como a cidade foram estabelecidos. Nomeado em 20 de agosto de 1834, Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí, foi quem inaugurou a vida política da província do Rio de Janeiro, dando os primeiros passos para a organização administrativa e judicial.

¹⁷ Mello (1886) informa que em função de conflitos de terra e a disputa em torno da criação da vila de Campos, D. José ordenou que a capitania da Parahyba do Sul fosse incorporada aos limites da capitania do Espírito Santo em 1º de junho 1753. Foi concedida ao seu donatário em compensação, uma pensão anual de 3.000 cruzados. “A Villa de São Salvador desde então até 1832 gozou de paz e no remanso da tranqüilidade foi-se povoando, desenvolvendo a sua agricultura, e conquistou em breve lugar importante entre suas co-irmãs”. (op, cit, p.100).

¹⁸ Incorporaram-se aos limites da província, os territórios de Campos, São João da Barra, Parati e Cantagalo. Do ponto de vista econômico, a inserção destes territórios consagrou política e economicamente o Rio de Janeiro, pois estas áreas se destacavam pela grande produção de café e açúcar.

¹⁹ O movimento do *Regresso*, desenrolado entre os anos de 1840 e 1841, caracterizou-se pelo papel assumido pelos políticos fluminenses nas medidas de ordem administrativa e política que foram implementadas para fortalecer o poder do Imperador, tais como: a elaboração da Lei de Interpretação do Ato Adicional, a reforma do Código de Processo Criminal e a lei do Conselho de Estado. Conforme coloca Iglésias (1993), a denominação de *Regresso* foi dada em oposição ao *Progresso*, amplamente pregado nos oitocentos pelos liberais. As medidas do *Regresso* ganharam corpo com a renúncia de Diogo Antônio Feijó.

Portanto, como veremos a seguir, em um momento de reajustamento das fronteiras administrativas e civis e de construção de um poder provincial, as lideranças campistas constroem uma ideia de região, reinventando historicamente uma relação de contato social e econômico com as áreas de entorno.

O nascimento do campista e a cristalização de sua identidade regional

A construção da imagem da região de Campos teve como um dos marcos deflagradores a discussão sobre a importância da cidade em sediar a nova capital da província, já que era considerado o mais rico município do Rio de Janeiro. A expressiva liderança política exercida no norte fluminense e o seu papel de grande produtor de açúcar e de centro abastecedor da província pode ter contribuído para reforçar a ideia de que a nova capital devesse ser um local “verdadeiramente fluminense”, já que melhor representava essa nova identidade regional. Do outro lado, a cidade de Niterói, sua concorrente no projeto e futura vencedora, era identificada por alguns líderes políticos como um espaço de costura das grandes questões da Nação, quase uma extensão da Corte, portanto inadequado para exercer o papel de representante de uma nova instância política, cuja economia caracterizava-se pela grande produção do açúcar e do café (Gouvêa, 2008).

Campos perdeu a disputa, mas conseguiu, como Niterói e Parati o *status* de cidade em 1835.²⁰ Assim, além da candidatura de Campos ter iniciado uma disputa histórica com a cidade de Niterói pelo título de capital, tal movimento instaurou um discurso regional, cuja base de argumentação assentava-se nas potencialidades latentes da região norte e da capacidade de liderança de Campos em função da sua riqueza e poder na área. Portanto, o novo *status* de cidade correspondeu não só a uma mudança na relação política e administrativa, mas também em seu *ethos*. Os sinais desse processo aparecem na propaganda dos jornais, que se especializam em destacar o papel da cidade como pólo de desenvolvimento do norte fluminense.

Ressaltar a importância da região, ora representando-a como uma área de grande potencialidade, ora como local degradado por falta de investimento e patriotismo dos cidadãos foram estratégias utilizadas pelas lideranças políticas para tanto incentivarem o que era considerado “a defesa do bem público” como para obterem recursos adicionais

²⁰ Não foi encontrado nenhum debate no Recopilador Campista sobre a questão da mudança da capital. Este jornal, contudo publica o decreto de criação desta cidade e as providências que deveriam ser tomadas em função desse novo estatuto.

do governo central e provincial. E, sem dúvida, nessa dinâmica de popularização da chamada “opinião pública”, as obras e investimentos em canais fluviais e estradas ganharam destaque nos debates sobre a melhor forma de promover o desenvolvimento econômico no norte fluminense.

O primeiro movimento político de Campos para se tornar a nova capital da província foi, portanto, caracterizado pela apresentação de projetos para integrar as cidades e vilas através das vias fluviais, para facilitar o desenvolvimento da produção agrícola, do comércio e das atividades administrativas e, finalmente, para garantir a manutenção dos recursos necessários ao município.

2º movimento: Campos capital da província dos Goytacazes (1855)

Se durante os primeiros anos de nascimento administrativo, ainda existia indefinição quanto aos projetos e ações prioritárias para a cidade, a partir da década de 1840, as ideias divulgadas pela Câmara através dos jornais sugerem a escolha dos seguintes projetos:²¹ a construção do canal do Uruguai, o do Onça e o de Campos-Macaé. Foi, portanto, no contexto de Brasil Império que as lideranças de Campos formularam melhor as suas demandas. O *Monitor Campista*, agora circulando duas vezes por semana (terças e sextas-feiras), se tornou um dos principais interlocutores dessas ideias, auto proclamando-se como o defensor dos cidadãos. Neste aspecto se diferenciou do seu antecessor e originário *O Recopilador*, cujo o tom das matérias centrava-se nas discussões políticas travadas ao nível nacional. O *Monitor*, sem se despreocupar com esta questão, se especializou em propagar as “mazelas” do município e divulgar os projetos da Câmara e dos cidadãos interessados no “progresso” da cidade. A sua estratégia de sensibilização consistiu na apresentação de matérias que ressaltavam o quadro “crítico” de Campos, em geral para difundir a ideia da necessidade de maior investimento por parte dos governos provincial e central. Assim, a construção social de um sentimento de abandono foi um dos mecanismos empregados para mobilizar a coletividade e justificar os apelos dos deputados de Campos na Assembleia fluminense.

Por outro lado, sintonizado com as principais mudanças políticas na província, principalmente o debate sobre o novo regime de terra e o fim do tráfico de escravos, este jornal, aderiu aos projetos que visavam à regularização das terras dos considerados

²¹ Através do relatório da província nos anos de 1841 e 1842, os projetos mais destacados são o canal do Nogueira, a construção da muralha no rio Parafba e a construção de pontes e pontilhões na cidades.

sertões no norte e noroeste de Campos. Em suas matérias, propõem-se, estrategicamente, os meios e instrumentos para integrar este vasto território, construindo estradas, canalizando rios, implantando freguesias e contratando empregados para exercer diferentes serviços nas áreas a serem desbravadas. A ideia em voga era expandir a produção agrícola através do controle fundiário deste sertão, até então habitado por posseiros, escravos quilombolas e índios. Propostas para melhorar a produção agrícola e modernizar os engenhos passaram também a ocupar papel central no debate local, sobretudo porque desde os anos de 1830, mas principalmente a partir dos anos de 1840, a cana-de-açúcar perdia o seu papel de principal produto agro-exportador da província.

A relativa queda da produção e a ascensão da região do café deslocaram geográfica e politicamente as forças políticas na Assembléia. Tal processo contribuiu para um sensível enfraquecimento das lideranças campistas junto a Assembleia, sem, contudo abalar o seu poder político, que permaneceu marcante neste fórum. Na realidade, a suposta crise na produção (suposta, pois neste contexto só atingiu os pequenos e médios proprietários) reforçou os argumentos sobre a necessidade de maiores investimentos na cidade para evitar a sua falência. Neste caso, o sentimento de abandono passou a ser cada vez mais acionado para justificar a importância de ampliar os investimentos em novas áreas. Portanto, ainda que dividindo o seu poder com as lideranças do vale do Paraíba, a força política da cidade ainda é uma realidade, manifestada, sobretudo, pela capacidade de recuperar recursos dos cofres provinciais e assegurar importantes obras, como foi o caso do canal Campos-Macaé, uma das mais importantes obras do Império neste contexto.²² Assim, a despeito da crise dos anos de 1850, provocada pela escassez da mão de obra e a diminuição progressiva da produção do açúcar, Campos ainda era o município mais rico da província. A visita realizada em março de 1847 de D. Pedro II ilustra, de certa forma, esse poder político e econômico.²³

²² O canal Campos - Macaé foi o primeiro que recorreu a recursos financeiros decorrentes da administração provincial. Para sua efetivação, várias leis e decretos foram promulgados e muitos projetos foram pensados. Por tal obra ter sido eleita desde o primeiro presidente da província como uma das mais importantes da província, foi firmado um contrato com o inglês, o Sr. Fresse. A repercussão disso ao nível local foi anunciada pelo *O Recopilador* no ano de 1835, sendo divulgada uma carta do referido inglês em janeiro deste ano, na qual ele conclamava os fazendeiros da região a participarem como sócios da futura empresa que pretendia fundar com o fim dar início as obras neste canal. Posicionando-se favoravelmente ao projeto, o editor do jornal fez seguinte pronunciamento: “He dever de todo o bom patriota coadjuvar os esforços que se empreguem neste sentido; e nós anelamos os melhores resultados ao offerecimento e projeto do Sr. Freeze” (*O Recopilador*, 1835, p.2)

²³ A viagem a Campos ficou marcada pela grande distribuição de títulos nobiliárquicos, comprovando, assim a importância dos políticos e fazendeiros. Em 1846 a Câmara Municipal foi comunicada através de uma portaria do Presidente da Província, Visconde de Sepetiba, a visita imperial, solicitando aos vereadores que tomassem providências. Houve a convocação extraordinária da Câmara e os líderes

Digno de nota é que as visitas do imperador as cidades e vilas da província de certa maneira tornaram-se símbolos de reconhecimento por parte do poder central da importância política e econômica de algumas localidades e, por isso, via de regra, os projetos de transferência da capital da província, nasciam (ou se cristalizavam) após estas visitas. Com isso, o roteiro do Imperador, ao mesmo tempo em que se tornou um signo da importância de algumas cidades, em muitos casos engendraram disputas pelo título de capital da província.

De alguma forma, a partir da década de 1850 as disputas pelo título de capital se acirraram no Rio de Janeiro, o que revela os conflitos locais e regionais por maiores recursos e visibilidade política e uma maior organização das bancadas regionais junto a Assembleia.²⁴ Por isso, que o desejo de ser capital não se manifestou apenas em Campos, mas em várias cidades da província que acreditavam que essa mudança de estatuto poderia ser um caminho para resolver os seus problemas políticos e econômicos. Este é o caso, por exemplo, de Petrópolis, que no ano de 1855, às vésperas da visita do Imperador, apresentou um projeto à Assembléia provincial. Sobre tal proposta, o jornal “A Pátria” no ano de 1855 fazia a seguinte observação:

“Não é Petrópolis um ponto commercial, não é um centro de mais facil communição com os diversos lugares da provincia, não é um lugar afastado da Côrte e immediações, não é ainda um termo favorecido por grandes elementos da lavoura; porque, pois, mudar para Petropolis a capital da provincia?” (*A Pátria*, 16/09/1855, p.1).

Concluindo esta matéria, o editor defendia a mudança da capital para Cabo Frio em função do lucrativo comércio propiciado pelos rendimentos de sua alfândega.

Assim, o desejo de Campos se tornar a capital de uma nova província nasceu desses movimentos: de um real poder político e econômico da cidade e de sua região de entorno (em especial a cidade de Macaé) frente ao acirramento das disputas regionais; de uma propaganda sistemática dos líderes locais junto ao governo provincial e central sobre a riqueza de Campos e a necessidade de ampliá-la através de obras e, finalmente; de um maior poder político das novas camadas sociais, que paulatinamente assumiam

tomaram uma série de medidas emergenciais, não obstante a “estreitesa do tempo e falta de recurso do país”. Assim, a estrada do Queimado e a Rua Direita começaram a ser consertadas. Os moradores da Rua Direita, das Flores e Praça Principal foram convidados para assearem as frentes de suas casas e as adornarem no dia em que por elas passassem S. Majestade. Recomendou-se também que durante a estadia do Imperador todas as casas fossem iluminadas a noite. (Mello, 1886)

²⁴ Paralelo a este fortalecimento econômico e político da cidade, aumentam as disputas regionais por mais recursos junto à Assembléia provincial, movimento este que encontra eco nos meios de comunicação local. Gouvêa (2008) assinala que a partir dos anos de 1850 uma nova geração de deputados, cada vez menos vinculados as demandas da Corte, passam a representar os interesses das localidades e de sua região de origem.

cargos políticos e administrativos na municipalidade, e tornavam-se os novos propagadores das ideias de levar o progresso e civilização para as áreas de entorno a cidade de Campos.

O movimento inicial é deflagrado pelo vereador José Fernandes da Costa Pereira,²⁵ ao requerer em 1855 à Câmara Municipal de Campos, a nomeação de uma comissão especial para recolher dados estatísticos e topográficos do município e informações sobre a sua produção e população, visando formular um projeto para ser submetido aos poderes da Província e do Império. A intenção era transformar a Comarca de Campos em província, tendo e a sua sede (capital) a cidade de Campos. A configuração territorial desta província incluía a vila de Itapemirim, no Espírito Santo e as vilas e povoados dos considerados sertões do Pomba e Carangola, circunscritos nos limites da província de Minas Gerais. Como no requerimento estava escrito que todas as vilas eram favoráveis a criação da província de Campos, o vereador Costa Pereira solicitou que essas adesões fossem concretizadas em memoriais dirigidos às autoridades provinciais e imperiais. A Comissão nomeada para redigir a representação era integrada pelo barão de Carapebus,²⁶ o Cônego Angelo José da Fonseca e o próprio Costa Pereira.

Nesta representação, apresentada à Câmara no dia 14 de julho de 1855, e assinada por todos os vereadores,²⁷ descrevia-se o seguinte sobre a cidade: Campos distava de Niterói sessenta léguas e tinha uma população de cerca de cem mil habitantes, com território de quinhentas léguas quadradas. A cidade tinha uma posição favorável para o desenvolvimento das vilas e povoados que se localizam nos limites das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

“E si a criação da provincia é necessria em algum logar para commodidades dos povos, para o desenvolvimento da agricultura, commercio, e artes, e para o progresso e civilização, de todos esses germens de riqueza e felicidade que por todo o Brasil existem, em nenhuma o é certamente mais do que em Campos dos Goytacazes, sobre tudo attendo-se á proximidade das matas,

²⁵ Cabe ressaltar que este vereador (advogado e político) brasileiro foi um importante líder político do Império e um grande proprietário de terras numa região que abarcava a cidade de Campos e Espírito Santo. Este durante os anos 1860 e 1870 assumiu o cargo de presidente de várias províncias. Do Espírito Santo (1861 a 1863), do Ceará (de 20 de janeiro a 26 de abril de 1871), de São Paulo (1871 a 1872), do Rio Grande do Sul (1872). Foi também ministro dos Negócios do Império do Brasil, de 10 de março de 1888 a 1889.

²⁶ Joaquim Pinto Neto dos Reis foi o primeiro barão com grandeza de Carapebus. Grande fazendeiro e político da localidade, ele foi advogado e militar brasileiro, exercendo o posto de tenente-coronel comandante da Guarda Nacional. O seu título nobiliárquico de Barão foi dado por D. Pedro II, através de carta de 2 de dezembro de 1854.

²⁷ Os nomes dos vereadores que assinaram a representação eram: Dr. Antonio Francisco de Almeida da Barbosa, João Martins Leão, Antonio Joaquim da Silva pinto, José Fernandes da Costa pereira, Francisco de Paula Gomes Barroso e os Cônegos Angelo Jose da Fonseca, Agostinho dos Santos Collares e Manoel de Brito Coutinho. (Feydit, 1900).

pertencentes a província de Minas, que hoje se acham também convertidas em municípios, aos quaes para Campos é mais commodo incomparavelmente para entreterem suas relações, faltado-lhe sómente para isso boas vias de comunicação para o interior, o que não teremos em quanto Campos não for o centro de uma província, em que de perto possam promover esses melhoramentos”

(Extrato da Representação dos vereadores da Câmara de Campos, editado no jornal *A Patria*, 5/08/1855, p.3)

A Representação colocava também que o solo de Campos e de toda a região da Comarca era fértil e a expressiva produção agrícola da cidade poderia ser ampliada caso as áreas do entorno fossem incorporadas a essa nova província.

“A fertilidade de seu solo que parece renovar-se todos os annos; a abundancia de todos os víveres, que abastecem seus mercados; a sua longa extensão, população, industria, e activo commercio desta cidade; a sua communicação com o mar por via de um rio navegável; a sua riqueza e ainda mais a do seu incomparável município (...)

(Extrato da Representação dos vereadores da Câmara de Campos, editado no jornal *A Patria*, 5/08/1855, pags.2 e 3)

Os transportes e comércio da cidade, animados pelos vapores que circulavam nos rios, disponibilizavam alimentos e produtos advindos de vários pontos de toda Comarca. Por isso que na perspectiva dos propositores, a criação dessa nova província era um caminho para ampliar ainda mais capacidade de circulação de produtos e pessoas. A ideia era melhor aproveitar a capacidade de importação e exportação através dos portos que existiam na extensa rede fluvial que circunscrevia esta Comarca.

“Banhada pelo magestoso Parahyba, que já havendo recebido todos os rios e canaes, que lhe são tributários, a maior parte nageveis, entretem um navegação constante de barra, fôra, de cerca 60 embarcações de vela, e 2 vapores, exportando gêneros de toda comarca, e de todas as industrias (Representação da Câmara de Campos, editado no jornal *A Patria*, 5/08/ 1855, p.3)

A Representação destacava as rendas provenientes do comércio e a sua produção agrícola, assinalando que ultrapassavam a quantia de seis mil contos de réis.²⁸ Também o sentimento de ordem, união e ilustração que caracterizava o povo campista, ou seja, o fato da cidade ser reconhecida por manter um clima de tranqüilidade entre os seus habitantes. Os equipamentos urbanos e as instituições, como o teatro, o hospital de caridade, o Liceu Provincial, além dos dez templos e edificações elegantes, foram exemplificados nesta Representação para assinalar o grau desenvolvimento e ilustração da população desta cidade.

²⁸ A que era arrecadada pelo governo provincial através das coletorias chegavam a quase 100 contos de réis, quantia que poderia duplicar se fossem acrescentadas as rendas provenientes da exportação do café.

Rodrigues (1988), assinala que o Marquês de Paraná, presidente do Conselho de Ministros, tornou-se um entusiasta da ideia e fazia o seguinte pronunciamento em discurso no Congresso: “Penso que no norte da Província do Rio de Janeiro a cidade de Campos podia ser a capital da Província de Goytacazes”. O presidente da Câmara dos Deputados, Dr. Antônio Francisco de Almeida Barbosa, também aderiu a este projeto, e também se tornou um defensor oficial da pretensão do deputado Joaquim Francisco Vianna.²⁹ Mello (1886) informa que o senador João José Carneiro da Silva em “Notícia Descritiva do Município de Macahé” ressaltava a riqueza da região e, acerca da criação desta província, fazia o seguinte comentário:

“A criação da provincia de Campos e o estabelecimento do commercio directo do porto de Macahé - são os dous pontos objectivos a que tendem todos os espíritos que se occupam com os interesses geraes desta importante e auspiciosa zona. Toda esta região foi outr’ora conhecida de campos dos Goytacazes e é portanto de justiça que o nome da nova provincia recorde estes tempos primitivos. Assim também Campos pela sua posição central, pela importancia do seu actual movimento commercial e agricola, está no direito de aspirar a ser a capital da nova provincia. Macahé, pelo seu porto, já bom e susceptível de ser ainda optimo, e por achar-se no ponto onde vêm affluir todas as vias férreas existentes e projectadas, está predestinada a ser o empório commercial e manufatureiro da nova provincia. Esta nova provincia, tendo em attenção os laços hoje criados pela sede das estradas de ferro, devia abranger os municipios de Macahe, Santa Maria Magdalena, São Fidelis, Campos, São João da Barra e Barra de São João. E além disso essa parte da provincia de Minas que há de ser influenciada pelas estradas” (Rodrigues, 1988, *apud*, 1833:91-93).

Apesar do jornal “A Pátria” não ter sido o único a concordar com a demanda dos campistas, este nitidamente manifestava o seu apoio à proposta. Na matéria que apresentava o projeto era declarado que apesar de afastada da capital, a cidade de Campos além de ter o comércio mais desenvolvido do que Niterói tinha crescido totalmente independente das influências da Corte.

“A cidade de Campos está, se não mais adiantada em commercio e civilização, ao menos a par da cidade de Nictheroy. O commercio ali é feito em grande escala, e crescedissimo, e a industria, mais do que em Nictheroi se tem desenvolvido, Ella tem a vantagem de se não achar a um tiro de distancia da capital” (*A Patria*, 5/08/1855, p.2)

A existência da nova província estaria para o redator justificada pela necessidade de aproximação dos povoados localizados nos sertões de Minas e Espírito Santo, atualmente afastados da administração, da civilização e do mercado.

“sabe-se que uma das mais importantes condições de ordem, progresso e civilização para as provincias e povoações, é que dos diversos ramos do poder, se faça sentir; e que a industria e

²⁹ Este vereador era neto de Joaquim Vicente dos Reis, herdeiro do Solar do Colégio e um grande negociante e político do Império.

commercio recebam aquelle grau de impulsão que pode alargar o seu desenvolvimento” (*A Patria*, 5/08/1855, p.2)

Desdobrando este argumento, assinalava que a criação da província dos Goytacazes contemplaria uma necessidade que todos os povos têm de serem melhor administrados. Neste caso, uma das grandes missões administrativas da nova província era interligar os povoados localizados nas fronteiras da cidade de Campos com Minas Gerais e Espírito Santo, quase todos carentes de vias de comunicação, de instituições do Estado e de meios para ampliar o seu comércio.

“Para que isso tenha lugar, é mister que as distâncias sejam o mais possível diminuídas, além que as transações legítimas de toda espécie tenham a solução conveniente e desejável. Estabelecei os grandes povoados que vivam da industria e do commercio, permuttando os seus productos, grandes e difficeis distancias, e tereis empedido a marcha regular de seu commercio, demoraraeis a sua civilização, e difficultareis notavelmente a expansão de suas riquezas.” (*A Patria*, 5/08/1855, p.2)

Portanto, esta matéria deixava explícita a concordância do redator com os argumentos utilizados na Representação da Câmara, notadamente os seguintes aspectos: a necessidade de ampliar o comércio e a indústria da região, a importância de controle administrativo dos novos povoados que estavam situados nas fronteiras dos sertões de Minas e Espírito Santo e a necessidade de aumentar as vias de comunicação.

O apoio a esta proposta não foi manifestado apenas por matérias publicadas em jornais, pois se estruturou um movimento pró-emancipação da vila de Itapemirim, que enviou um abaixo-assinado com oitenta e quatro assinaturas favoráveis à ideia. Rodrigues (op. cit),

Sobre este apoio da vila de Itapemirim, é importante assinalar o fato que isso pode ter ocorrido em função das pressões do vereador José Fernandes da Costa Pereira, já que o mesmo era um importante representante político desta vila e grande proprietário de terras nesta região, notadamente nos Sertões de Pedra Lisa. Este, há muito tempo vinha propondo a Câmara e ao presidente da província a adoção de medidas para ampliar o lucrativo comércio de madeira e demais produtos, que eram abundantes naquela área. A expansão do café aumentou ainda mais o interesse de Costa Pereira em interligar essa região a cidade de Campos e ao porto de São João da Barra. Por isso que um dos primeiros projetos apresentados para a Câmara era o de construir o canal do Onça - estrada líquida que possibilitaria escoar parte da madeira e demais

produtos para a Corte através do porto de São João da Barra.³⁰ Mas o que também estava em jogo nesse apoio de Costa Pereira era o desejo de controlar as terras dos sertões do Pedra Lisa,³¹ pois além de existirem vários quilombos que ameaçavam “a tranquilidade e segurança” dos grandes e médios proprietários daquela região, existia a intenção de ocupar os vastos terrenos dos índios. Talvez por isso que na Representação, uma das propostas era à aproximação e regularização dos terrenos situados nas fronteiras.³² Contudo, o vereador Costa Pereira não era o único que tinha interesse nestes sertões...

Além dos interesses dos grandes proprietários, observa-se nesta Representação a ideia, já de certa forma impregnada no espírito das lideranças políticas e intelectuais, de que o caminho para disseminar o poder político e econômico de uma cidade passava pela mudança de seu estatuto político.³³ Portanto o desejo em se transformar numa província constituía-se em uma estratégia para aumentar os recursos financeiros e dar maior visibilidade política a cidade de Campos.

Ser a capital de uma nova província representava também a legitimação de uma relação que a cidade exercia junto ao seu entorno. Neste caso, os argumentos de que Campos ocupava uma posição estratégica e que possuía a maior riqueza apresentaram-se como as justificativas mais plausíveis para fortalecer os vínculos com as localidades, sobretudo o controle das áreas em litígio. Ampliar a capacidade de circulação dos rios e instalar uma rede de administração nessas localidades foram, portanto, decorrência desse projeto.

Quanto a escolha do nome que a nova província iria ter - “Província dos Goytacazes”, o redator do jornal “A Patria” oferece uma importante justificativa. Para ele, essa denominação era merecida em função do histórico papel que Campos exercia na região. Se Campos, como argumentava o redator do jornal, conseguira se

³⁰ Ele obteve recursos por subscrição popular e realizou a obra entre 10 de julho de 1840 e 3 de novembro do mesmo ano. No ano seguinte, contudo, pela lei n.º 244, de 10 de maio, o governo provincial determinou que a Câmara Municipal de Campos indenizasse José Fernandes da Costa Pereira com a importância de quatro mil e seiscentos contos de réis e se tornasse proprietária do canal, encarregando-se de sua limpeza e conservação. Essa decisão decorreu de problemas na administração do canal.

³¹ O Canal da Onça, acima dos sertões do Nogueira e de Imburi, situava-se entre os rios Muriaé e Itabapoana, região que se notabilizou pela produção de café, sobretudo a partir de 1840.

³² Cabe ressaltar que anteriormente a esta data já havia planos para ocupação do Sertão de Pedra Lisa, sendo adotadas a partir de 1850 algumas medidas administrativas no sentido de dar um novo destino aquelas áreas, entre as quais, a designação de grandes extensões de terrenos como devolutos.

³³ Neste caso, não deixa de ser importante mencionar que no Império, os municípios não desfrutavam de autonomia política e administrativa, o que concorreu em muitos casos para a penúria financeira de muitos entes municipais.

desenvolver de forma autônoma e longe das influências da Corte, isso demonstrava que possuía uma vocação natural para espriar essa riqueza.

Utilizando-se desses argumentos, o projeto deixava claro qual o papel destinado para cada vila e cidade incorporada aos limites da nova província, sob o comando da capital. Uma grande área seria responsável pela expansão do café e do açúcar, outra se dedicaria a produção de gêneros de subsistência, e finalmente a última - a cidade de Macaé - em função da importância econômica e política, seria naturalmente o segundo empório comercial da nova província, depois da cidade de Campos. Emerge desse esboço de planejamento regional uma ideia de hierarquia urbana, a partir da distribuição dos papéis exercidos por cada localidade.

Portanto, a província dos Goytacazes foi pensada em termos de uma rede urbana, um espaço integrado através do qual a capital exerceria o seu papel de atrair e difundir os fluxos administrativos, comerciais, políticos e culturais.

Afora os interesses em desenvolver uma economia de âmbito regional e ganhar maior visibilidade política, a Representação dos líderes de Campos demonstrava a articulação dessa cidade as várias escalas de poder: a local, representada pelas lideranças campistas, de Macaé e São João da Barra, a regional, representada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Dr. Antônio Francisco de Almeida Barbosa, que se aliou ao autor da proposta, o campista e deputado Joaquim Francisco Vianna; e a central (tendo como representante o Marquês de Paraná, presidente do Conselho de Ministros). Cabe ainda destacar o apoio obtido pelas elites das províncias de Minas e Espírito Santo. Neste caso, sugere-se que a articulação dessas escalas vinculava-se ao papel de Comarca já exercido por Campos, isto é, a sua função de controlar as atividades administrativas, judiciárias e civis de municípios, localidades e vilas em seu entorno. Portanto, o desejo de ser província é um desdobramento político deste papel de cabeça de uma Comarca.

Por outro lado, a articulação de Campos as diferentes redes de poder em torno desse projeto está demonstrada não só pela gama de adesões a proposta, mas também pelo fato dela não ter sido discutida primeiramente na Assembléia provincial do Rio de Janeiro. Mesmo havendo uma indefinição sobre as reais atribuições desse órgão, o fato dessa Representação ser dirigida ao Senado soa um pouco estranho, pois a supressão desse município iria causar um impacto econômico nas rendas provinciais.

O projeto da província não foi executado. Uma coincidência trágica fez com que antes de sua votação, uma epidemia se disseminasse na cidade causando a morte de

milhares de pessoas em poucas semanas.³⁴ Com esta epidemia, Campos perdeu em algumas semanas a sua imagem de cidade próspera e ganhou o título de cidade enferma. Contudo, se temporariamente o projeto de ser uma nova província foi abandonado, o desejo de ser uma capital permaneceu.

Conclusão

As memórias, livros, relatos, jornais e revistas contribuíram significativamente para edificar a figura do campista, esculpida por um sem número de relatos, como o de guerreiro, quase um herói, que desbravou as matas e transformou a vila com sua força e persistência num lugar aprazível e ocupado por gente “sociável”, “patriótica” e “afeita à festa”. Este discurso, no entanto, omitiu a realidade, pois a cidade sempre foi beneficiada direta e indiretamente pelo Estado, principalmente nos anos iniciais do Império. Contudo, tal aspecto sempre foi manejado para convencer os demais grupos que disputavam recursos na Assembleia sobre a necessidade de promover melhoria na região de Campos. Após o nascimento e multiplicação dos jornais na cidade e região de Campos esses apelos em prol de benefícios para a cidade se especializaram ainda mais.

Pode-se dizer, que os projetos para se tornar capital de uma nova província demonstraram o desejo de maior visibilidade política e econômica da cidade e, por isso, representavam o esforço dos líderes políticos em se manterem no centro das decisões da antiga província do Rio de Janeiro. Portanto, o esforço em se criar a província dos Goytacazes tornou-se antes de mais nada um ato de representar os espaços, aspecto instaurador da valorização/desvalorização de determinados lugares em relação aos outros. Por isso que paralelamente a projeção ideológica desses novos “lugares centrais”, o que estava em jogo é o poder de intimidação e convencimento de

³⁴ O plano foi atrapalhado pela disseminação da “Cholera morbus”, doença mortal que dizimou mil e duzentos mortos apenas em dois meses (de 9 de outubro a 31 de dezembro, só na cidade, morreram 1.239 pessoas), sendo que a epidemia se alastrou por mais tempo. O impacto da doença foi tão expressivo que não havia nem tempo para enterrar os cadáveres, sendo estes empilhados em carroças. O governo da Província tentou medidas preventivas, nomeando uma comissão de médicos e o delegado de polícia para tentarem diminuir o alastramento da doença. Tais medidas ocorreram junto ao porto de São João da Barra - os passageiros vindos de fora foram impedidos de entrar em Campos para não espalhar a doença no Rio de Janeiro, o que foi inútil, pois a doença se espalhou. Foram improvisadas enfermarias no Liceu da Lapa e em São João da Barra, na foz do Paraíba. O delegado de polícia sugeriu que não mais se fizesse inumação de cadáveres nas igrejas nem no Cemitério da Misericórdia, pois estavam dentro do perímetro urbano. Tendo em vista esse quadro, a economia da cidade decaiu. (Mello, 1886)

determinados grupos e o seu desejo em ocupar uma posição privilegiada ao nível regional e central.

Bibliografia

ALVARENGA, João de. **Almanack Industrial, Mercantil e Administrativo da cidade de Campos (Rio de Janeiro)**. Campos: Tipografia do Monitor Campista, 1881. Histórico, 1880.

ALVES, Heloiza Manhães. **A Sultana do Paraíba - Reformas urbanas e poder político em Campos dos Goytacazes, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

CAMPOS, Orávio de. **A imprensa na Velha Província: 170 anos do *Monitor Campista* - O terceiro jornal mais antigo do país e a morte misteriosa do jornalista Francisco José Alypio**. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, 2004

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **Idéias em Ordenamento, cidades em formação: a produção da rede urbana província do Rio de Janeiro – 1840-1889**, Tese de Doutorado, IPPUR/UFRJ, 2006.

_____. **Reformas Administrativas e Organização do espaço urbano na Província do Rio de Janeiro – 1808-1850**. In: FRIDMAN, Fania (Org.). **De Cidades e territórios**. Rio de Janeiro: PoD Editora, 2010.

FEYDIT, Júlio. **Subsídios para a Historia dos Campos dos Goitacases**. Campos, 1900

FRIDMAN, Fania e CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Projetos territoriais para o império brasileiro: o caso da província fluminense. In: **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, v.20nº1, p.157-168, Jan-Jun2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A república na velha província: Oligarquia e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora: Rio Fundo. 1989.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajectoria Política do Brasil: 1500-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Império das Províncias: Rio de Janeiro 1822-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político**

Brasileiro. Porto Alegre: Ed. Globo, v. 2, 1979.

LAMEGO, Ribeiro Alberto. **A Planície do Solar e da Senzala.** Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Coleção Fluminense), 2ª edição, 1996.

_____. **O Homem e o Brejo.** Rio de Janeiro: Ed. Fac –similar: IBGE, 2007.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação. Rio de Janeiro: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842.** Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca, 2ª edição, 1993.

MELLO, José Alexandre Teixeira de. **Campos dos Goitacases em 1881.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1886.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. **Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares Sobre as Relações Militares e Políticas na América Portuguesa. História: Questões & Debates,** Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006. Editora UFPR. Acessado em 23/10/2010 <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewFile/7944/5593>

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território e História do Brasil.** São Paulo: Annablume, 2ª edição, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Terras Indígenas do Espírito Santo, sob Regime Territorial de 1850.** In: Revista Brasileira de História: Associação Nacional de História. 2002, PP.153-169.

WEHLING, Arno. **O açúcar fluminense na recuperação agrícola do Brasil.** In RIHGB, no. 337-out. /dez, 1982. Brasília - Rio de Janeiro.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REYS, Manoel Martinz do Couto. **Manuscritos de Manuel Martinz do Couto Reys, 1785.** Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997. (Transcrição do manuscrito original)

RIBEIRO, Gladys Sabina. **Nação e Cidadania no jornal O Tamoio. Algumas considerações sobre José Bonifácio, sobre a Independência e a Constituinte de 1823.** In: RIBEIRO, Gladys Sabina (org). **Brasileiros e cidadãos: modernidade política - 1822-1930.** São Paulo: Alameda, 2008.

RODRIGUES, Hervé Salgado. **Campos: Na Tabacaria dos Goytacazes.** Niterói: Imprensa Oficial, 1988.

RIBEYROLLES, Charles. **Brasil Pitoresco: História, Descrições, Viagens, Colonização, instituições. Ilustrado com gravuras de vistas, panoramas, paisagens, costumes, etc. por Victor Frond.** São Paulo: Livraria Martins, 2º volume, 1941.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, José Carneiro da. **Memoria Topografica e Histórica sobre Campos dos Goitacezes com uma noticia breve de suas producções e commercio offerecida ao mui poderoso Rei e Senhor Nosso D. João 6º. Por Natural do Mesmo Paiz**. Rio de Janeiro. Impressão Regia, 1819.

SOFFIATI, Arthur. **Propostas de desenvolvimento para o Norte-noroeste fluminense em Perspectiva Histórica**. Revista VÉRTICES, v. 7, n. 1/3, jan./dez. 2005, acessado em 30/10/201

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1999.

SOUSA, Antonio Muniz. **Viagens e Observações de hum brasileiro que desejando ser útil á sua Patria, e os três reinos da Natureza, em varias lugares e sertões do Brasil, offerecidas á Nação brasileira**. Rio de Janeiro: Impresso na Typ. Americana de I. P. da Costa. Tomo Primeiro, 1834.

PIZARRO E ARAUJO. José de Souza Azevedo. **Descrição Geographica, Política e Cronographica do Districto dos Campos Goitacaz, Memórias Historicas do Rio de Janeiro**, 3º volume , 2ª Ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945 (original 1820?)

URUGUAY, Visconde. **Estudos Práticos sobre a administração das provincias no Brasil**. Tomo I e II. Rio de Janeiro. B.L. Garnier, 1865.

VASCONCELLOS, Francisco. **Aspectos do desenvolvimento de Campos dos Goitacazes no século XIX**. Comunicação ao XV simpósio de História do Vale do Paraíba. Série História, no. 7, Quatis, 2000.

Fontes primárias

O Recopilador Campista. Campos (RJ), Typ. Patriotica de Parahyba E Cia., 1835. Vol.1, 03/10/1835, Jan. a 30 dez. N^{os}. 1-3, 5-6, 8-14, 16, 30, 33-37, 47, 51-63, 65-80, 83-96.

O Monitor Campista. Campos (RJ). Typ. Patriótica de Evaristo José Pereira da Silva e Abreu. 31 mar. 1840, 29 dez. 1840 - nos. 01-75, 31 dez. de 1841 – n^{os}. 76 - 176.

A Patria, Folha da Província do Rio de Janeiro, 16/09/1855 e 27/08/1855.